

Desenvolvimento territorial no Planalto Norte Catarinense como resultado de uma política pública

Ana Lúcia Hanisch¹, José Alfredo da Fonseca¹ e Francielle C. Gaertener²

Para entender o processo de desenvolvimento territorial que ocorre no Planalto Norte Catarinense (PNC), que em 2009 passou a ser um dos “Territórios da Cidadania” de SC, há necessidade de uma breve retrospectiva histórica. Na década de 90 ocorreu na Região do Contestado uma série de inovações no campo organizativo e produtivo da Agricultura Familiar (AF). No entorno dos municípios de Canoinhas, Porto União e Caçador foram surgindo organizações de agricultores familiares ligados aos movimentos sociais com apoio especial da ONG Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (Cepagri), que atuava na formação de agricultores e lideranças com enfoque agroecológico. A partir desses processos surgiram experiências concretas nos campos produtivo e organizativo como a Associação de Produtores Agroecológicos de Porto União (Afruta), a Associação de Grupos de Pequenos Agricultores de Canoinhas e Região (Agrupar), a Associação de Pequenos Agricultores Ecologistas (Apaeco), grupos de mulheres, pastorais de jovens rurais e, pouco mais tarde, o Sindicato Regional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf) do PNC. Concomitantemente com processos organizativos, os anos 90 foram importantes para o debate da Agroecologia, inclusive dentro do aparato governamental, com muitas ações da Epagri.

Na região de Mafra, grupos de agricultores com apoio governamental e do Sindicato dos



Figura 1. II Oficina para elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Norte (PTDRS), 2006

Trabalhadores Rurais (STR) se organizaram em prol da comercialização e assistência técnica e criaram a Associação Central de Pequenos Agricultores de Mafra (Acepam). No campo das entidades públicas, em 1999 foi criado o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado do Planalto Norte e a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR-Plan). Todas essas entidades, juntamente com o apoio de algumas Prefeituras Municipais, especialmente de Porto União, Canoinhas e São Bento do Sul, foram importantes para a concretização do Programa de Desenvolvimento Territorial a partir de 2004.

Os ciclos de ação para a efetivação do Território do Planalto Norte Catarinense

As primeiras ações iniciaram em setembro de 2004, por iniciativa da Epagri/Escritório Regional de Canoinhas, que fez contato com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No primeiro evento a SDT apresentou o Programa de Desenvolvimento Territorial e a conformação territorial deliberada pelo Conselho Estadual do Pronaf, que contemplava 27 ▶

¹ Eng.-agr, M.Sc., Epagri/Estação Experimental de Canoinhas, C.P. 216, 89460-000 Canoinhas, SC, fone: (47) 3624-1144, e-mail: analucia@epagri.sc.gov.br.

² Eng.-agr, M.Sc., Epagri/Estação Experimental de Canoinhas. Assessora ADR-PLAN. E-mail: francy_social@hotmail.com.

municípios pertencentes às Regiões do Planalto Norte e Meio-Oeste Catarinense. Apesar dos questionamentos, não havia estratégias para mudar essa conformação. A partir de então, puderam-se dividir as ações que ocorreram para a concretização do Programa em três grandes ciclos.

No primeiro ciclo o destaque se deu para a criação de estruturas operacionais que efetivassem a existência do Território. O primeiro trabalho conjunto entre as entidades aconteceu em outubro de 2004, com a criação da Comissão de Elaboração e Articulação (Epagri/Grca, ADR-Plan, Sintraf, Embrapa, Agrupar). Sua função foi a elaboração dos primeiros projetos de infraestrutura e custeio, aprovados pelas entidades participantes do I Encontro Territorial, em Porto União. Esse encontro foi a primeira experiência territorial de construção de acordos em prol do desenvolvimento comum. Foi um marco histórico, quando diferentes entidades, com diferentes ideologias, demonstraram que a necessidade de um espírito coletivo era o mais importante para o sucesso da AF do Território.

A partir do início de 2005, a Comissão contribuiu para a divulgação do Programa entre as entidades. Naquele ano, foram realizadas três oficinas de trabalho, duas das quais tinham o objetivo de divulgar e consolidar a existência do

Programa no Território e de criar, de forma participativa, as regras para que ele acontecesse. Na primeira oficina, em março de 2005, em Porto União, a Comissão de Elaboração e Articulação foi substituída por dois instrumentos mais complexos: o Núcleo Diretivo (ND) e o Núcleo Técnico (NT), além da definição de outra estrutura operacional, a Plenária, que seria composta por todas as entidades com direito a voto e uma entidade articuladora. O ND foi composto por entidades de ação regional, considerando-se, para isso, que sua atuação ocorresse em mais de dois municípios. Sua função seria a divulgação, o fortalecimento e a articulação das ações do Programa. O NT foi eleito com oito organizações, sendo 50% da sociedade civil e 50% governamentais e tinha um papel operacional na elaboração de projetos.

Na II Oficina Territorial, em julho de 2005, em Campo Alegre, foi aprovado o Regimento Interno e criados os primeiros critérios e orientação para os projetos. Ainda hoje a definição dos critérios se dá a partir da soma dos critérios obrigatórios propostos pelo MDA aos critérios que são propostos pelo ND de acordo com a realidade de cada ano para o Território³. A partir da Oficina de Campo Alegre o Território do Planalto Norte passou a ter mais identidade e segurança para trilhar

um novo caminho para as organizações da AF, iniciando um novo ciclo de ações.

Concomitantemente aos avanços da estruturação do Programa, entre outubro de 2005 e fevereiro de 2006, foi realizado um diagnóstico intitulado “Estudo das experiências comunitárias existentes no Território do Pla-

nalto Norte e Meio-Oeste de SC”, através de uma parceria entre a Epagri/Es-critório Regional de Canoinhas, a Estação Experimental, ADR-Plan e Sintraf. Foram realizados diagnósticos participativos nos 27 municípios. Os resultados indicaram que mais de 50% das experiências organizativas que já haviam ocorrido no Território haviam fracassado. Essas informações contribuíram para a conscientização na busca de soluções conjuntas.

O segundo ciclo de ações iniciou após a Oficina de Campo Alegre e teve como marco a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) durante todo o ano de 2006. O processo de sua construção contribuiu definitivamente para a necessidade da separação das regiões que formavam o Território do Planalto Norte. Assim, a construção do PTDRS já foi realizada a partir das demandas e sonhos das entidades pertencentes a um novo Território do Planalto Norte formado pelos 14 municípios da região do PNC.

Recursos impulsionam metas

Durante os trabalhos iniciais de estruturação do Programa, no período compreendido entre outubro de 2004 e dezembro de 2006, foi aportado para as entidades organizadas do Território R\$ 1.185.360,00 provenientes do MDA. Somam-se a esses recursos outras fontes provenientes de editais de capacitação, Ater, emendas parlamentares e recursos municipais e verifica-se que, nunca na história desta região, pequenas organizações da AF, como associações, grupos e pequenas cooperativas tiveram acesso a recursos e políticas públicas neste nível, dirigidas diretamente para atender suas demandas. Importante destacar, também, que apesar de haver um recurso proveniente do MDA para custeio, grande parte dos trabalhos foi realizada pelo esforço de pessoas e organizações – governamentais e não



Figura 2. Intercâmbio do Núcleo Diretivo para avaliação do investimento em agroindústria familiar de frango diferenciado, Irineópolis, 2007

³ Entre outras, é obrigatório que as propostas se adequem aos eixos prioritários do PTDRS e aos princípios de desenvolvimento territorial (fortalecer redes, parcerias e projetos comuns).



Figura 3. Visita para troca de experiências em organização da cadeia leite no Estado do PR, pelo GT do Leite do Território, junho, 2009

governamentais –, inclusive com despesas financeiras e de apoio logístico.

O ano de 2007 marcou o início do terceiro ciclo de ações do Território. Com um Plano, as ações convergiam agora no sentido de alcançar as metas propostas. O PTDRS foi idealizado a partir de quatro grandes eixos de ação: formação, produção, organização e meio ambiente e para um período de 5 anos.

Neste ciclo ocorreram muitas ações importantes não ligadas diretamente aos processos oficiais do Programa de Desenvolvimento Territorial. As organizações já existentes foram tornando-se mais complexas para se adequar às exigências e oportunidades das políticas públicas. Surgiram novas cooperativas e entidades em rede, como a Comsol (Comercialização) a Pomaris (Frutas) e a Rede Mandaçaia (Mel).

Em 2007, foi realizado um intercâmbio territorial, com visitas aos investimentos dos projetos aprovados desde 2004. A partir daí, as discussões na Plenária e nas reuniões do ND e NT orientaram para a criação de GTs (Grupos de Trabalho), que teriam a função de aprofundar os debates e encaminhar os projetos de acordo com os principais eixos do PTDRS. Ainda em 2007 surgiram os GTs do Mel e do

Leite e em 2008 os GTs da Fruticultura e da Agroecologia. Um ponto muito positivo da nova dinâmica dos GTs é a convergência das ações. Até pouco tempo atrás era comum ocorrer eventos simultâneos para o mesmo público, sobre o mesmo tema, promovidos por entidades diferentes. Isso já quase não ocorre. É um exemplo da construção de acordos para o bem comum do Território.

Nos últimos 4 anos ocorreram ganhos muito significativos para a Agricultura Familiar no Território do Planalto Norte. Entre eles, podem ser citados: 1) Formação de um grupo responsável pela coordenação e encaminhamento de todas as ações relacionadas ao Programa do MDA; 2) Definição de critérios e regras para a realização dos trabalhos de forma organizada, seja para a aprovação de projetos de infraestrutura e capacitação através dos recursos do MDA, seja para o próprio funcionamento do Território; 3) Construção da metodologia dos Grupos de Trabalho; 4) Avanço inquestionável na organização dos agricultores familiares do Território: em apenas 4 anos foram formadas mais de dez entidades regionais e inúmeras iniciativas de organização local; 5) A organização promovida pelo Território permitiu não só o acesso a políticas públicas e recursos,

como também diminuiu consideravelmente o medo e o preconceito que existiam nas pequenas entidades em relação a eles; 6) Formação de um quadro de técnicos e lideranças habilitados para planejar e elaborar projetos de acesso a recursos e políticas públicas.

Nesse período relativamente curto ocorreu um processo de enriquecimento das ações coletivas entre as entidades da Agricultura Familiar. Além disso, foram estruturadas diversas experiências que já existiam e criadas outras formas de organização para comercialização e processamento de produtos da Agricultura Familiar. Foram investidos recursos em ampliação de obras, melhoria de equipamentos, caminhões e veículos utilitários que permitiram adequar as pequenas organizações para participarem de programas como PAA, merenda escolar, feiras orgânicas e mercados maiores. Ao todo, nesses 4 anos, foram aportados mais de 2 milhões de reais em benefício da agricultura familiar organizada no Planalto Norte Catarinense. Isso tudo tem sido um processo muito promissor, em especial para essa região, que teve, historicamente, como uma de suas características, a dificuldade de fortalecimento de suas organizações. Com políticas públicas democráticas é possível mudar essa realidade.

Literatura consultada

1. ARL, V.; HANSJÖRG, R. *Livro verde 2 - agroecologia*. 3.ed. Caçador, SC: Cepagri; Terra Nova, 2001. 72p.
2. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. Brasília: MDA/SDT, 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/SDT_Doc1.pdf> Acesso em: 8 out. 2009.
3. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento - Documento de apoio 2*. Brasília: MDA/SDT, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/0749311385.pdf>> Acesso em 8 out. 2009. ■